

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

LADS/

PROCESSO NO. 10730/000.255/93-08

Sessão de 25 de janeiro de 1994

ACORDAO No. 104-11.100

Recurso no. 106.394 - IRPJ - EX.: DE 1988 a 1992

Recorrente: MARIA LUCIA ANUDA - ME

Recorrida: DRF EM NITEROI - RJ

IRPJ - FALTA DE ESCLARECIMENTOS - PENALIDADE-
A multa prevista no art. 652, § 1º do RIR/80,
c/c a do art. 9º do Decreto-lei no. 2.303,
de 1986, não se aplica à hipótese de o con-
tribuinte deixar de prestar informações no
prazo marcado, se a repartição o intima na
condição de sujeito passivo, com vistas a dar
início a ação fiscal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso
interposto por MARIA LUCIA ANUDA - ME

Acordam os membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de
Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso,
nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julga-
do.

Sala das Sessões (DF) em 25 de janeiro de 1994.


LEILA MARIA SCHERRER LEITAO - PRESIDENTE E RELATORA

VISTO EM  ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO - PROCURADOR DA FAZENDA
SESSÃO DE: 24 JAN 1994 NACIONAL
RECURSO DA FAZENDA NACIONAL: NÃO HOUVE

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes
Conselheiros: Waldyr Pires de Amorim, Evandro Pedro Pinto, Miguel
Rendy e Antônio Lisboa Cardoso. Ausentes os Conselheiros Célio Salles
Barbieri Júnior, Iraci Kahan e Carlos Walberto Chaves Rosas.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10730/000.255/93-08

2.

RECURSO No.: 106.394
ACORDAO No.: 104-11.100
RECORRENTE : MARIA LUCIA ANUDA - ME

R E L A T O R I O

MARIA LUCIA ANUDA - ME, contribuinte jurisdicionada à DRF em Niterói - RJ, recorre a este Conselho pleiteando a reforma da decisão de primeiro grau.

Contra a empresa acima qualificada foi lavrado, em 15/01/93, o Auto de Infração de fls. 01/05, exigindo-se o recolhimento do crédito tributário no valor equivalente a 650,34 UFIR, relativo à multa prevista no art. 652, § 1º, do RIR/80, combinado com o art. 9º do Decreto-lei no. 2.303, de 1986, e legislação posterior.

O lançamento decorreu do não atendimento pelo contribuinte, em tempo hábil, à intimação de fls. 02.

Dentro do prazo, o interessado apresenta impugnação de fls. 09/10, acrescida do documento de fls. 12, alegando, em síntese, que compareceu à Agência da Receita Federal para cumprir a exigência constante da Intimação mas a fiscalização, não podendo atender a todos ao mesmo tempo, prorrogou o prazo constante da intimação, o que ocorreu com a autuada por várias vezes e que, a partir da data da última prorrogação o prazo passou a ser prorrogado em caráter verbal.

A fiscalização manifesta-se no sentido da manutenção do lançamento (fls. 13/15).



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10730/000.255/93-08

3.

ACORDÃO NO. 104-11.100

Na Decisão constante a fls. 17/18, a autoridade de primeiro grau mantém o lançamento, baseando sua convicção nos seguintes argumentos, os quais constam do parecer fiscal retromencionado, em síntese:

- considerando a impossibilidade de a repartição atender a todos os contribuintes dentro do prazo inicialmente estipulado, os mesmos foram informados de que o prazo poderia ser prorrogado caso não quisessem aguardar o atendimento no mesmo dia em que compareceram. Nesse caso, na maioria das vezes, os interessados solicitavam a prorrogação que era concedida e registrada na intimação em poder dos contribuintes, fixando-se novo prazo para atendimento;

- as prorrogações não foram em caráter verbal, pois os prazos eram prorrogados sempre com a fixação da data e assinatura do funcionário competente.

Ciente em 11/08/93, a recorrente interpôs o recurso voluntário de fls. 22/23, protocolizado em 02/09/93.

Como razões de seu recurso, alega a recorrente, em síntese:

- o exercício da fiscalização foi intenso no período de agosto a setembro de 1992 e o comparecimento, em bloco, dos contribuintes à Agência da Receita provocou obstáculo insuperável ao atendimento, no prazo, da notificação que gerou a penalidade;



MINISTERIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NR. 10730-00.255/93-08

4.

Acórdão nr. 104-11.100

- no seu caso, a exigência fiscal foi cumprida, embora com atraso justificado, tendo proporcionado à fiscalização oportunidade para as verificações, apurando-se a sua regularidade junto ao fisco;

- a anotação feita pelo funcionário no verso da Intimação comprovava o seu comparecimento no prazo estipulado;

- retornou no novo prazo marcado e, a partir de então, passou a ser "jogoete", vendo seu prazo ser remarcado a esmo, sem qualquer comprovação material;

- espera a insubsistência do auto de infração.



E o relatório.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10730/000.255/93-08

5.

ACORDÃO NO. 104-11.100

V O I O

Conselheira LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO

O recurso é tempestivo e assente em lei. Dele, portanto, conheço.

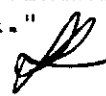
Como se vê do relato, a contribuinte foi intimada a pagar a multa em valor equivalente a 650,34 UFIR, por não ter apresentado, no tempo marcado, os elementos solicitados na Intimação de fls. 2, os quais referem-se à sua condição de sujeito passivo direto.

A exigência foi capitulada no art. 652, § 1º do RIR/80 c/c o art. 9º do Decreto-lei no. 2.303, de 1986, que dispõem:

ART. 652 e § 1º do RIR/80

"Nenhuma pessoa física ou jurídica, contribuinte ou não poderá eximir-se de fornecer, nos prazos marcados, as informações ou esclarecimentos solicitados pelas repartições da Secretaria da Receita Federal (Decreto-lei no. 5844/43, art. 23, Lei no. 5.172/66, art. 197 e Decreto-lei no. 1.718/79, art. 2º).

Se as exigências não forem atendidas, a autoridade fiscal competente cientificará desde logo o infrator da multa que lhe foi imposta, fixando novo prazo para o cumprimento da exigência."



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10730/000.255/93-08

6.

ACORDAO NO. 104-11.100

ART. 9º do DECRETO-LEI NO. 2.303/86

"As entidades, pessoas e empresas mencionadas no artigo 2º do Decreto-lei no. 1718, de 27 de novembro de 1979, que deixarem de fornecer, nos prazos marcados, as informações ou esclarecimentos solicitados pelas repartições da Secretaria da Receita Federal será aplicada multa de Cz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados) a Cz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados), sem prejuízo de outras sanções que couberem.

✓
O artigo 2º do Decreto-lei no. 1.718, de 1979, por seu turno, estabelece, in verbis:

"Continuam obrigados a auxiliar a fiscalização dos tributos sob a administração do Ministério da Fazenda, ou, quando solicitados, a prestar informações, os estabelecimentos bancários, inclusive as Caixas Econômicas, os Tabeliães e Oficiais de Registro, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, as Juntas Comerciais ou as Repartições e as autoridades que as substituírem, as Bolsas de Valores e as empresas corretoras, as Caixas de assistência, as Associações e Organizações Sindicais, as companhias de seguro e demais entidades, pessoas ou empresas que possam, por qualquer forma, esclarecer situações de interesse para a mesma fiscalização."



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10730/000.255/93-08

7.

ACORDÃO NO. 104-11.100

Pela simples leitura dos dispositivos supratranscritos, verifica-se, de pronto, a inaplicabilidade da multa prevista no art. 9º do Decreto-lei n. 2.303 ao caso em litígio, pois além do intimado não integrar o rol das pessoas elencadas no art. 2º do DL no. 1.718, não foi solicitado a prestar qualquer informação de interesse da fiscalização nos moldes a que se refere aludido dispositivo. Foi simplesmente intimado, na condição de sujeito passivo, pela fiscalização a apresentar elementos necessários ao desenvolvimento da ação fiscal tendente a apurar a regularidade do cumprimento de suas obrigações tributárias.

E incontroverso que todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, têm o dever de prestar esclarecimentos e informações à administração tributária, quando solicitadas. Contudo, é também indiscutível que o órgão fiscalizador deve distinguir, de forma nítida, o objetivo e a natureza das informações que pretende.

Aliás, a própria legislação fiscal, consolidada no Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto no. 85.450, de 1980 - RIR/80, define, expressa e cristalinamente, as pessoas, as situações, os prazos e as penalidades pertinentes ao dever de informar, fazendo-o em Títulos e Capítulos próprios, permitindo ao se intérprete perfeita observância de seus dispositivos.

No presente caso, entretanto, não ocorreu tal adequação, eis que a autoridade fiscal intimou o contribuinte a prestar as informações que especificou, na qualidade de sujeito passivo, acrescentando que em caso de não atendimento, o contribuinte estaria sujeito às penalidades previstas na legislação fiscal e prosseguimento da ação fiscal.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10730/000.255/93-08

8.

ACORDÃO NO. 104-11.100

Assim, a falta de atendimento da mesma, no prazo marcado, implicaria numa única consequência, ou seja, marca a início do procedimento fiscal e consequente lançamento de ofício previsto no art. 676, II c/c o art. 678, II do RIR/80, sujeito às penalidades estabelecidas nos inc. I a III do art. 728 do mesmo Regulamento e, sendo o caso, com o agravamento preceituado em seu § 1º.

A autoridade fiscal, contudo, optou por aplicar a penalidade prevista no art. 9º do DL no. 2.303/86 c/c art. 652, §1º do RIR/80, que, a meu ver, não guardam qualquer vinculação com o objeto dos autos.

O que ali se cogita é da penalidade aplicável às fontes pagadoras e demais órgãos auxiliares da administração do imposto, na hipótese de não prestarem, no prazo marcado, informações de interesse da fiscalização, em relação a terceiros, quando solicitados. E as pessoas, entidades e empresas que a lei atribui tal dever encontram-se enumeradas, de forma exaustiva, no art. 2º do Decreto-lei no. 1.718/79, matriz legal do precitado art. 652 do RIR/80.

Nestas circunstâncias, e tendo em vista que os fatos não se adequam à hipótese de apenação do dispositivo fundamentador da exigência, voto no sentido de se dar provimento ao recurso, sem prejuízo de que novo crédito tributário venha a ser constituído pelas autoridades competentes, em estreita observância à legislação de regência.

Brasília - DF, 25 de janeiro de 1994


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO - RELATORA